

PENSANDO A REPRESENTAÇÃO: NOTAS PARA UMA REFLEXÃO ANTROPOLÓGICA DAS INTERAÇÕES POLÍTICAS EM DIFERENTES ESCALAS¹

Alessandra Siqueira Barreto*
Rogéria Campos de Almeida Dutra**

o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos. (Bourdieu, 2002: 188)

Resumo:

Este artigo traz como proposta a reflexão de como campanhas políticas, presentes em processos eleitorais, se articulam em diferentes escalas (local e transnacional). Interessa-nos analisar a construção da representatividade dos candidatos, ou seja, de que forma se tornam representáveis no cenário social onde a

¹ Trabalho produzido a partir dos projetos de pesquisa ENTRE LÁ E CÁ : ASSOCIATIVISMO IMIGRANTE, MEDIAÇÃO E ATUAÇÃO POLITICA DE BRASILEIROS (financiado pelo CNPq 2011/2013) e ASSOCIATIVISMO IMIGRANTE, MEDIAÇÃO E ATUAÇÃO POLITICA DE BRASILEIROS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO (financiado pela FAPERJ 2012/2014).

* É professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense e coordenadora do grupo de pesquisa Cidades, Sociabilidades e Cidadania. Tem trabalhado com cidades, mobilidades, associativismo e mediação. Publicou recentemente os artigos "Brazilians in Lisbon: immigrant association and the meaning of urbans paces" (Vibrant, vol. 8, n. 2, 2011) e Quando o campo se move: trajetórias e projetos entre redes locais e transnacionais, juntamente com Rogéria C de A. Dutra (Antropolítica, n. 32, 2012)

** Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em Antropologia Social (Museu Nacional/UFRJ). tem se dedicado a investigação dos processos sociais no meio urbano

noção de fronteiras locais atua como delimitadoras e definidoras de identidades – a cidade e sua diversidade interna – e em uma situação onde as interações políticas devem extrapolar exatamente as particularidades em função de uma definição de “comunidade” que atravessa fronteiras. Neste sentido, a campanha eleitoral conduzirá as nossas reflexões sob a perspectiva da apresentação do candidato, processo fundamental para que seja efetuada sua escolha no jogo democrático, a constituição da representação política.

Palavras-chave: política, espaço urbano, campanhas, representação, , mediação

Abstract:

This article aims at investigating political campaigns, present in electoral processes in different scales (local and transnational). We are interested in analyzing the construction of the representativeness of the candidates, how they become representable in a social setting where the notion of local boundaries defines identities - the city and the diversity within it - and in a situation where political interactions should overcome singularities due to another sense of “community”. Thus, electoral campaign will lead our reflections from the perspective of the candidate's presentation which can be considered of fundamental importance inside the democratic game, the constitution of political representation.

Keywords: politics, urban space, campaign, representation, mediation

Antropologia, poder e as formas locais de organização da autoridade

As múltiplas formas através das quais as sociedades, em diferentes escalas, lidam com a questão da ordem e do conflito se constituiu como objeto de reflexão no campo antropológico de forma tardia. O estudo sistemático dos fenômenos políticos se desenvolveu a partir da década de 40 do século passado no campo da antropologia

britânica. O desafio da administração colonial do império britânico pode ser considerado como um dos fatores que impulsionaram o exercício de objetivação dos sistemas de governo das sociedades tribais africanas como um dos focos principais das investigações desta escola. A publicação de *African Political Systems* em 1940 representa um salto no processo de sistematização de preocupações já presentes nas reflexões de Radcliffe-Brown, Evans Pritchard e Meyer Fortes (1987) através de estudos sobre parentesco e “formas de hierarquia de mando” (Montero et alii, 2012). Através da construção de tipologias de arranjos dos domínios políticos, este livro traz como contribuição o registro da particularidade destas formas, destacando o fato de que mecanismos de produção de consenso são constituídos mesmo em situações de sociedades/ sistemas “sem estado” através de estruturas de manutenção da integridade e de coerção social. (Lewellen, 2003)

Os fatos da estrutura, como campo da análise do poder, passam a um segundo plano a partir da década de 50, cujos estudos voltam sua atenção para a noção de processo, para a ação e interação de indivíduos e grupos no campo das relações de poder. Da noção de equilíbrio social passa-se para análises que privilegiam a ideia de conflito e da mudança, ressaltando-se a instabilidade constante de equilíbrios constituídos, agenciados através do estabelecimento e renovação dos vínculos dos atores sociais (Gluckman, 1987). Os trabalhos posteriores, como de Leach ([1954]1996), Bailey (1971) e Barth (1969) vem contribuir para o amadurecimento de um campo de preocupações voltado para a dimensão do poder focalizados na ação política. A ação política passa a ser compreendida dentro do escopo das práticas sociais e sua dimensão simbólica requerendo, portanto, a investigação dos contextos de produção e reprodução destas práticas. A relação entre normas ideais e práticas efetivas demonstra um quadro distante da ideia de coesão e integração social, onde regras conflitantes e ambíguas exigem as estratégias e tentativas de alternativas. A perspectiva da política como prática simbólica e ritual ganha centralidade ao compreendê-la como parte de um sistema de relações de categorias nativas, valores e representações, que encenam práticas utilizadas para agregar. Vale destacar que as reflexões que priorizam a análise dos mecanismos de efetivação do poder sob o prisma da ação dos agentes envolvidos revelam, já de forma inegável, a realidade do sistema colonial, de coexistência de

formas particulares de vida social inseridas no contexto geopolítico mais amplo e conflituoso. Os modelos ocidentais de organização social já se apresentam como parte integrante e irreversível da realidade destas sociedades. Tais reflexões apontam para os caminhos sinuosos de uma coexistência de sistemas de ordenação simbólica diferenciadas.

No Brasil, alguns autores têm procurado demonstrar a necessidade de uma abordagem positiva dos modos de fazer política presentes na sociedade brasileira (Palmeira, 1992; Goldman, 2006; Kuschnir, 2000; Barreira, 2006). Trata-se de uma proposta que se vincula ao projeto de compreensão das instituições democráticas como parte dos “*Wersten Political Systems*”, nos termos de Goldman (2006), na medida em que procura evidenciar, através de estudos etnográficos, como a organização política consolidada pelo Estado democrático - um modelo que se pauta no processo de constituição dos Estados nacionais ao longo dos séculos XIX e XX nas sociedades ocidentais - é vivenciada em nossa sociedade. Em termos gerais, tais estudos apontam para o fato de que analisar as construções do mundo da política em cenário local, antes do que deficientes de uma racionalidade e objetividade ideal, se constituem como formas particulares. Procuram investigar representações e concepções de política enquanto categorias nativas, cujas lógicas seriam compreensíveis, mais do que através dos resultados eleitorais previstos em pesquisas eleitorais, a partir da vivência dos atores sociais, dos aspectos cotidianos da política.

Compreender os modos de fazer política é compreendê-los a partir da interação dos agentes em suas redes familiares, sociais e institucionais, um agente situado, que estará articulando de forma diversa e em diferentes proporções a conciliação entre um código de valores pessoais e um ideal de cidadania. Esta perspectiva vem colocar em questão a ideia de uma racionalidade abstrata e impessoal que orienta a escolha do eleitor. Antes do que uma categoria naturalizada e autoevidente, a noção de política presente nas sociedades ocidentais contemporâneas é fruto de um contexto histórico e cultural, dentre os diferentes modos de se pensar e viver o político.

Algumas considerações sobre a construção social do eleitor moderno

A emergência histórica do sufrágio universal – a experiência francesa de individualismo e igualdade política – representou um marco na consolidação da configuração política das sociedades modernas. Sua história está no centro da grande transformação que acomete as sociedades ocidentais europeias, seja pela secularização e a separação do coletivo em instâncias distintas, tais como a esfera social e a esfera política, como também o advento da noção de indivíduo. A proposta do sufrágio universal, de acordo com Rosanvallon (apud Jainchill, Moyn, 2004), ao subsidiar o projeto de igualdade cívica, representou a codificação política e legal do processo de modernização da sociedade francesa. O advento da modernidade política fundamentada na matriz cultural do “indivíduo enquanto valor” (Dumont, 1985) definiu-se pelo desenvolvimento de um aparato institucional que viabilizasse a ideia moderna de emancipação, o desejo de autonomia individual a ser garantido pela lei² e, simultaneamente o projeto de participação no exercício do poder social.

A ambivalência do projeto democrático reside exatamente nesta tensão, entre liberalismo e democracia, em como conciliar “a incorporação plural de vontades particulares e a incorporação singular da vontade coletiva e geral” (Jainchill, Moyn, 2004: 127). A questão de como, de fato, “o povo” poderia ser incorporado ao poder tem suscitado um longo debate sobre a questão da representação política. Para Rosanvallon a crise da representação é inevitável, pois está fundada numa ficção necessária – a condição de ser capaz de integrar a diversidade do social na unidade do corpo político. Como artifício técnico, o sistema representativo busca impor uma decisão única num corpo social diverso.

A representação política, neste sentido, passa a se constituir como um dispositivo capaz de equacionar esta ambivalência, procurando tratar da delegação da vontade e interesse próprios a indivíduos e organizações políticas. De acordo com Pitikin (1979), a ideia de representação nem sempre esteve presente na história e muito

² A utilização da cabine eleitoral na França do século XIX é representativa deste processo de construção social do eleitor moderno (Carrigou, 1988), na medida em que emblematiza o voto como expressão da vontade individual, livre. O ato de votar, além de secreto deve ser depurado do envolvimento em outras atividades sociais.

menos é consensual. De fato, o conceito de representação na forma como é articulado pelas instituições representativas modernas surge no período da Idade Média³. A teologia política medieval se desenvolve até o período absolutista, quando a ideia monárquica do poder incorporado, ou seja, ligado à pessoa de um monarca, se manifesta em sua plenitude: um corpo natural, visível e mortal – a pessoa do monarca – e outro jurídico, invisível e imaterial, o Estado que ele representa. (Kantorowicz, 1998)

Contudo, a revolução política da modernidade inaugura um novo sentido de representação, que é o poder delegado por muitos para que alguns ajam por todos. O lugar do poder não pertence de direito a ninguém, quem exerce a autoridade pública o faz como mortal e de forma contingente (Lefort, 1981). Ocorre então a dissociação entre os dois corpos do rei, onde o corpo propriamente dito é acidental; uma desincorporação do poder, com a separação entre a função e a pessoa. Temos assim a conjugação, no projeto democrático, de dois princípios contraditórios, pois se por um lado o poder emana do povo, por outro, ele não é de fato totalmente de ninguém. Rosanvallon (1979) é da opinião de que a natureza da sociedade democrática – uma sociedade “sem corpo” – entra em contradição com as pressuposições de uma política democrática, fundamentada na ideia de pessoas sendo representadas, cujo representante está fadado a uma busca permanente por uma identidade, que não está dada, mas passível de elaboração e reelaboração constantemente.

Há uma série de concepções sobre representação política bem como sobre o papel do representante e o que se pode esperar dele (Pitkin, 1979), que não pretendemos neste texto problematizar. Interessa-nos neste momento analisar de que forma a dimensão simbólica contribui para a construção da representação política. Ou seja, no lugar de se discutir os critérios que justificam esta atividade de delegação do poder pretendemos trazer alguma reflexão sobre o processo de construção de uma identidade “representável”, ou seja, de ser aceitável, partilhar de um conjunto de

³ Nesse caso, o representante de Deus, o Papa, se definia como tal por uma forma de encarnação mística, advindo daí a ideia de que o porta-voz de uma comunidade seria sua corporificação.

símbolos que torna plausível sua escolha como representante. O processo de apresentação se torna exercício fundamental para a representação.

Ao discutir a estreita relação entre poder político e estruturas simbólicas Geertz (2002) chama atenção para a necessidade de se superar a tendência de se reduzir o carisma somente às características psicológicas do líder carismático, uma vez que há um conjunto de representações coletivas com o qual ele consegue identificar-se. Há atributos e valores sociais que podem ser portados simbolicamente por um indivíduo que conferem valor e distinção no processo de construção de uma imagem pública. No campo de disputa pelo controle da representação, a visibilidade torna-se essencial, procurando fazer coincidir o que apresenta com o que busca representar. Contudo, o desafio da representação se situa no dilema em que o representante tanto pode se apresentar como autoridade, demonstrando competência de autonomia para a ação, como pode se apresentar como reprodução fiel do eleitor. No campo político, como universo de disputas e interações entre produtores e consumidores políticos, os políticos e candidatos aprimoram estratégias discursivas, elaboram uma competência prática de se apresentar como atores legítimos da representação.

Campanhas eleitorais: do local ao transnacional

As campanhas eleitorais se configuram como um período de disputas pelo direito à representação, um período de visibilidade política através da presença de símbolos visuais e discursivos, evidenciando o fato de que a política não é pensada como atividade permanente. O tempo da política (Palmeira, Herédia, 2006) se distingue do cotidiano da vida social, um momento em que se abre a possibilidade de rearranjos e renovações, intensificando-se a disputa pela reputação dentre o grupo de eleitores. E se a disputa eleitoral se atualiza dentro de uma sazonalidade, ela também opera pela marca espacial, ou seja, se configura dentro de um determinado território (Barreira, 2006). O tempo das promessas se materializa através de estratégias de aproximação entre candidatos e eleitores. Neste sentido, a campanha política traz consigo a ideia de mobilidade ao longo do território, através de deslocamentos que transformam o espaço urbano em zonas de reconhecimento e de aproximação das

particularidades locais. Dentre a variedade de atividades que colocam os candidatos em exposição permanente, está o movimento de apropriação do espaço urbano pelas caminhadas pelas ruas da cidade, a visita a feiras e mercados públicos. Estes candidatos procuram se aproximar da diversidade do espaço metropolitano e da “cidade mundo” (Augé, 1994 2011), de ir ao encontro “ao povo”, uma forma de humanizar o político que na maioria das vezes é percebido como distante e inacessível. Ao circularem pelas diferentes partes da cidade, se depararem com diferentes inserções, contextos, formas de vida, criam um espaço de enunciação e uma oportunidade de identificação.

Avaliando, através da mídia, notícias de campanhas eleitorais para o legislativo e executivo de diferentes cidades brasileiras realizadas em 2012, não foram raras as notícias que trataram desta aproximação dos candidatos ao mundo do eleitor, que vão a seu encontro no espaço da cidade: dançar quadrilha no Centro de Tradições Nordestinas, andar de skate no Parque da Juventude, dançar ao som de “kuduro” em visita a festa julina, chutar a bola em partida de futebol (e perder no ato o sapato), se emocionar em culto religioso, tocar cuíca numa roda de samba, comer pastel na feira-livre, tomar cafezinho no bar, receber abraços entusiasmados dos eleitores, tomar vacina⁴ são alguns exemplos de estratégias de campanha que, pela tradição com que são feitas, apesar de todo o desenvolvimento da campanha política através das mídias eletrônicas e virtuais, revelam um poder de eficácia. Tratam-se de tentativas de aproximar o profissional da representação do “homem comum”, inserido em sua rotina de atividades de trabalho, comércio e lazer, onde o trabalho da apresentação de si produz credibilidade⁵.

⁴ Mais imagens disponíveis em: <http://eleicoes.uol.com.br/2012/album/2012/10/26/qual-a-melhor-imagem-destas-eleicoes-vote.htm#fotoNav=11>

⁵ Goffman (1975) faz a distinção entre aparência e maneira para tratar da fachada pessoal. Aparência diria respeito “aqueles estímulos que funcionam no momento para nos revelar o status social do ator” e a maneira os que “funcionam no momento para nos informar sobre o papel de interação que o ator espera desempenhar na situação que se aproxima” (p.31). Aqui, no entanto, trabalharemos com a ideia mais geral, enquanto um “equipamento expressivo”, congregando as duas formas.

Do político que vai às ruas, diz-se que faz “corpo a corpo”, utiliza-se de estratégias interativas, mecanismos de proximidade e valores de identificação. Em contraposição à disputa na mídia, identificada como “air war” (Panagopoulos, 2009), a “ground war” se caracteriza pela busca direta aos eleitores e traz como diferencial o elemento pessoal.

As notícias de candidatos que se aventuram em meio ao “povo” muitas vezes trazem um tom jocoso, enfatizando a situação de deslocamento (e por que não, descolamento) do candidato em relação ao público que pretende representar, o que pode, inclusive, lembrar sua incapacidade em representá-los, como o caso do candidato à prefeitura de São Paulo, conforme manchete em jornal: “José Serra passeia de trem às 13h e é cobrado a voltar em horário de pico”⁶. Estas estratégias de visibilidade, performáticas, tentam comprovar o fato de que o representante não pode se esquecer daqueles que estão distantes, seja de forma espacial ou material, dos benefícios e possibilidades que a estrutura urbana pode oferecer.

Em geral essas táticas se fazem efetivas quando o candidato já é definido como uma celebridade; aos candidatos “comuns” cabe a criação de estratégias contextuais de reconhecimento e identificação, como revela a notícia: “Em cidade catarinense, candidatos falam alemão para ganhar confiança do eleitor”⁷. No contexto de uma pequena localidade

⁶ Como candidato a prefeito de São Paulo pelo PSDB nas eleições de 2012, José Serra faz percurso de trem na cidade de São Paulo durante a campanha, acompanhado pelo governador José Alckimin. Durante o trajeto foi cobrado pela lotação do transporte (“Vem aqui às 18h para ver como a gente fica”), assim como o fato de ter abandonado a prefeitura para disputar o cargo de governador de São Paulo em 2006. Ao que o deputado Orlando Morando (PSDB) retrucou “Foi ele quem reformou isso aqui, esse trem novo foi ele quem trouxe”. No momento de seu desembarque para tomar o metrô, um usuário comenta: “Só vem aqui para ganhar voto”. José Serra perdeu as eleições para o candidato do PT Fernando Haddad. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1138890-serra-passeia-de-trem-as-13h-e-e-cobrado-a-voltar-em-horario-de-pico.shtml>

⁷ Pomerode é uma cidade de cerca de 30 mil habitantes no estado de Santa Catarina. Sua população é composta por descendentes de migrantes alemães da região da Pomerânia, com grande número de famílias bilíngues. Apesar da propaganda eleitoral na mídia ser em português, alguns candidatos fazem uso da língua alemã para pedirem votos em contatos pessoais, como forma de conquistar a confiança do eleitor. “A gente aprendeu a pedir voto em alemão. Não sou fluente, e meu sotaque não é bom, mas o vice se encarrega de convencer porque ele fala bem” diz o candidato a reeleição a prefeitura da cidade, Paulo Pizzolatti. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2012/uol-pelo-brasil/2012/09/26/em-cidade-catarinense-candidatos-falam-alemao-para-ganhar-confianca-do-eleitor.htm>>

no interior do Brasil composta por descendentes de alemães, os candidatos bilíngues ganham credibilidade. Na cidade de Juiz de Fora, MG, por outro lado, entre 434 candidatos a vereador na eleição municipal de 2012, cerca de 20% registraram seus nomes como candidatos, vinculando-se a seu contexto de origem ou atuação. Faz parte da constituição de sua apresentação, assim como de sua identidade e para se destacar do coletivo de competidores, tanto sua inserção espacial, quanto profissional, como por exemplo: *Nem do Santa Rita, Andre do Sagrado, John da Zona Norte, Luiz Claudio da Cidade Alta*, ou então, *Lú do Sorvete, Andre da Pedreira, Hilda da Maçã do Amor, Alcides Boiadeiro*, dentre outros⁸.

As “chaves de leitura” (Goffman, 1974) constituem a dimensão do enquadramento dos repertórios utilizados pelos atores sociais em sua leitura do mundo. Nesse sentido, a compreensão do mundo é dada pelas interpretações que as pessoas fazem desse mundo, as ideias e julgamentos que formam, e aí os meios de comunicação têm papel de destaque, mas não exclusivo, onde opinião pública - pensada, segundo Aldé (2001), como construída discursivamente na expressão, argumentação e defesa - seria mais um dos quadros de referência para que os atores sociais construam suas explicações sobre seu mundo. Por outro lado, as mídias fornecem elementos para a “formar da opinião” (Champagne, 1996) e as explicações sobre a política e os políticos podem ser enquadradas a partir da construção de crenças, valores e explicações para o “mundo ser como é”.

É inegável a centralidade da mídia como palco privilegiado das disputas de poder no mundo contemporâneo. No contexto transnacional, em particular, as campanhas virtuais se tornam imprescindíveis, e por outro lado, paradoxalmente dependentes das comunidades territoriais de imigrantes⁹.

⁸ Para maiores informações acesse: <<http://www.eleicoes2012.info/candidatos-vereador-juiz-de-fora-mg/>>

⁹ Diversos autores têm destacado a dimensão política dos processos migratórios. Sayad (2004) enfatiza que emigrar constitui um ato político que, remetido ou não mais diretamente ao contexto colonial, se refere a uma experiência social, cultural, econômica e política. E o reordenamento da experiência frente ao encontro com outro mundo social (e político) implica

Um exemplo dessa relação é expresso pelo processo de consulta para a constituição do primeiro Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior, cuja eleição se deu em 2010 entre imigrantes brasileiros de diversas partes do mundo ¹⁰.

O Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE) é um conselho de caráter consultivo com a função de atuar em colaboração com a Subsecretaria-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior para o diálogo com os imigrantes brasileiros, assim como na organização das Conferências Brasileiros no Mundo. O primeiro passo para sua institucionalização foi dado durante a 1ª Reunião de Brasileiros no Mundo, organizada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e pela Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), com a criação de um conselho provisório. O evento contou com a presença de emigrantes brasileiros de várias partes do mundo assim como de Ministros de Estado, Senador da República, representantes de diversos órgãos do governo e especialistas do meio acadêmico. O intuito da conferência foi criar um primeiro canal de contato dos emigrantes com o governo brasileiro.

O MRE, através dos consulados e embaixadas, selecionou 55 emigrantes para participarem do evento com todas as despesas de deslocamento pagas pela FUNAG¹¹. Os critérios para escolha das lideranças associativas convidadas pelo MRE foram questionados durante o evento oficial por lideranças que estavam presentes, sob acusação de favorecimento pessoal ou ainda de perseguição. Assim as lideranças que não foram convidadas oficialmente tiveram que arcar com os custos de deslocamento e hospedagem (Barreto, 2010). Com relação a essa primeira conferência, cabe destacar a plenária final que discutiu a formação de um Conselho Provisório para a representação das comunidades de brasileiros no mundo junto ao governo brasileiro e apresentou o

em estratégias de inserção ao mesmo tempo que de autopreservação e (re)significação de pertencimentos.

¹⁰ Em 15 de junho de 2010, a Presidência da República promulgou o Decreto no. 7.214, que estabelece princípios e diretrizes da política governamental para as comunidades brasileiras no exterior, institui as Conferências de Brasileiros no Mundo – CBM, e cria o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior – CRBE, assim como outras providências. No dia 26 de outubro de 2010 o Ministro de Estado das Relações Exteriores editou a Portaria No 657, que aprovou o regimento do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior – CRBE.

¹¹ De maneira geral, o evento contou com representantes dos brasileiros dos seguintes países: Alemanha, França, Suíça, Espanha, Portugal, Itália, Inglaterra, Irlanda, Bélgica, Estados Unidos, Bolívia, Paraguai, Líbano, Angola, Japão.

projeto de emenda constitucional de autoria do Senador Cristóvam Buarque (PDT/DF) sobre a representação parlamentar para os imigrantes brasileiros¹².

Na ocasião, não houve inicialmente um consenso com relação à representação das comunidades. Para buscar um consenso, o Embaixador Oto Agripino Maia, que mediu a mesa, interveio nas discussões e defendeu proposta alternativa, com a criação de um conselho provisório com mandato de 1 (um) ano e responsável por auxiliar o MRE na organização da próxima conferência até a eleição do Conselho de Representantes. O encaminhamento do Embaixador foi que esse conselho fosse formado por 3 membros de cada região, a partir das mesas de trabalho realizadas durante a conferência. Dessa forma, o presidente de uma das mesas foi o Pastor Marcos Viana, da Holanda, integrante da Rede de Brasileiras e Brasileiros da Europa¹³. O fato de não haver uma eleição entre os pares e sim uma indicação causou descontentamento entre as diversas lideranças. O Embaixador ainda defendeu a importância das conferências como o foro institucionalizado de contato, de relação, de diálogo, e interlocução entre o governo e as comunidades¹⁴.

O Conselho Provisório atuou, com críticas e desentendimentos, como percebemos a partir de documento produzido pela Casa do Brasil de Lisboa para a II conferência Brasileiros no Mundo.

Infelizmente este debate não existiu durante o período que mediu a ocorrência da I Conferência e a presente, sendo claro que não é uma interlocução o muito polêmico Conselho Provisório de Representantes (CPR), que lamenta ter de incluir entre as experiências menos

¹² PEC 05/2005

¹³ Os representantes foram: América do Norte: Pastor Silair Almeida; Sr. Alvaro Lima; Sra Thays Bell; América do Sul: Sr. Moab Farias; Professor Severino Cunha Farias; Sra Maribel Pereira de Acosta. Europa: Sr. Marcos Viana; Sr. Rui Martins; Sra. Regina Célia Mazoni Jomini; Àsia, África, Oriente Médio e Oceania: Sra Lilian Terumi Hatano; Sra Carmen Lúcia Tshako; Sr. Alberto Esper; Terumi Hatano; Sra Carmen Lúcia Tshako; Sr. Alberto Esper

¹⁴ A desarticulação das lideranças no momento de definição da proposta de representação das comunidades facilitou a entrada do governo no debate, conduzindo-o à busca de um consenso por meio de uma proposta do MRE. Tal iniciativa foi vista por algumas lideranças como uma forma de desmobilizar a Rede de Brasileiros no Mundo recém-criada, na véspera da reunião oficial pelo acordo de diversas lideranças de associações de imigrantes brasileiros de diversos países (Barreto, 2010).

positivas da I Conferência. Infelizmente, o CPR, confuso desde o seu início, tem vindo a criar diversos problemas de enquadramento e legitimidade. [...]

Soubemos que o CPR [Conselho Provisório de Representantes] apresentou uma proposta à Presidência da República, sem ter consultado as comunidades brasileiras na Europa, numa atitude que não consideramos positiva. Este conselho, ao ultrapassar e extrapolar as suas competências veio criar mais confusões ao seu histórico, minorizando e desrespeitando, na prática, o papel da sociedade civil organizada e das pessoas que se dedicam arduamente à causa dos brasileiros emigrados." (BEHR, 2009: 5)

Com o fim do mandato do Conselho provisório, e já com atraso, o processo de consultas para o CRBE ocorreu no período de 01 a 09 de novembro de 2010 por meio da rede de computadores (internet). Qualquer brasileiro imigrante registrado junto ao setor consular poderia ser candidato, o que gerou um número expressivo de candidaturas "independentes", ou seja, de indivíduos sem vínculos mais estreitos com associações ou entidades de imigrantes. No caso dos eleitores, o imigrante deveria acessar o sítio virtual do MRE (brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br), preencher seus dados, que seriam conferidos para validar seu voto, e votar em apenas um candidato de sua região. O voto era por região e não por país, tendo em vista que o conselho é formado por representantes de 4 regiões que congregam diferentes países e continentes¹⁵.

A eleição do CRBE não foi um acontecimento sem conflitos.

Nós, militantes emigrantes, signatários deste abaixo-assinado, representando diversas associações, grupos, movimentos, assim como emigrantes pessoalmente interessados numa ativa e construtiva relação com o governo em matéria de emigração, queremos manifestar nossa estranheza pela maneira como a Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Mundo, órgão do Itamaraty e Ministério das Relações Exteriores, fixou as datas para os candidatos ao Conselho de Representantes de emigrantes e para a realização quase imediata das votações.

De acordo com o aprovado em conjunto com o Conselho Provisório, em julho de 2009, deveria haver um longo período para a apresentação das candidaturas definitivas. Em seguida, deveria haver

¹⁵ O Regimento do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior – CRBE, que trata sobre o processo de consulta eleitoral, está descrito por meio da Portaria nº 657, de 26 de outubro 2010, disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/conselho-de-representantes-de-brasileiros-no-externo-crbe/portaria-657-de-26-de-outubro-de-010/portaria-regimento-crbe.pdf>

um espaço de três semanas para tais candidatos fazerem sua propaganda eleitoral e só, a seguir, seriam marcadas eleições, durante um período de duas semanas.

Ora, neste mês de outubro, de maneira intempestiva, o Itamaraty fixou apenas seis dias para as candidaturas definitivas, muitos participantes das conferências e do próprio Conselho Provisório não foram alertados por e-mail, como se esperava, e já se anunciam eleições quase imediatas, tudo isso coincidindo com a eleição para a presidência da República.” (Fernanda Weiden, membro do Estado do Emigrante)¹⁶

Alguns jornais noticiaram indícios de fraude no processo de votação¹⁷. Conforme tais jornais, brasileiros argumentaram que quando foram votar no sítio eletrônico havia uma mensagem que dizia que aquele voto já havia sido computado anteriormente. Houve suspeitas de que um estabelecimento comercial nos Estados Unidos havia usado uma lista de clientes brasileiros com os seus respectivos dados pessoais para votar em um candidato que teria pago por esta lista. No entanto, não houve confirmação da denúncia que, ao que tudo indica, não desencadeou qualquer processo investigativo. Da mesma forma, o MRE divulgou que o número de problemas foi pequeno e que não alteraria o resultado final da eleição, mesmo constatando que tais problemas trouxeram suspeitas e que o mecanismo de votação deverá ser aprimorado¹⁸.

A insatisfação e as críticas que marcaram a escolha do conselho Provisório não dissiparam e a eleição para o conselho permanente trouxe à tona diversos conflitos (novos e antigos) entre lideranças das mesmas regiões e de regiões distintas, assim

¹⁶ Disponível em: <http://www.estadodoemigrante.org/noticias/umconselhonaorepresentativo>

¹⁷ A referência é majoritariamente a jornais de comunidades brasileiras publicados no exterior, como o *Brazilian Voice*, *Brazucas no Japão*, entre outros, assim como em blogs diversos. No entanto, é importante destacar que a matéria também foi divulgada no jornal *O Globo*, no site <http://oglobo.globo.com/blogs/brasilcomz/posts/2010/11/06/denuncia-de-fraudemovimenta-eleicao-para-crbe-nos-eua-338755.asp>

¹⁸ “2.477 votos não foram computados porque o sistema eletrônico identificou automaticamente problemas em dados apresentados ou algum outro indício de irregularidade que recomendou sua não contabilização, mesmo após envio de e-mail de confirmação de voto.”

Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/conselho-de-representantes-de-brasileiros-no-externo-crbe/eleicoes-crbe>

como críticas à sobreposição de liderança religiosa à representação de caráter político¹⁹. Os representantes eleitos foram empossados na III Conferência de Brasileiro no Mundo, realizada nos dias 02 e 03 de dezembro de 2010, no Palácio do Itamaraty. Estava em disputa 16 vagas para membros titulares e igual número de vagas para suplentes, distribuídas igualmente por quatro regiões: quatro para as Américas do Sul e Central; quatro para a América do Norte e Caribe; quatro para a Europa; e, quatro para a Ásia, Oriente Médio e Oceania. Essa distribuição gerou polêmicas e diversas críticas em função da discrepância em relação ao número de brasileiros e brasileiras em cada uma dessas regiões, além de outras questões levantadas como a especificidade dos fluxos migratórios, o montante das remessas por localidade²⁰.

Flavio Carvalho foi um dos eleitos para o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior com 156 votos. Os demais candidatos eleitos para a região Europa foram: Laércio Ribeiro da Silva (Reino Unido), 436; Mônica Pereira (Bélgica), 366 e Carlos Mellinger (Reino Unido), 222²¹.

Flávio é pernambucano, com formação em Sociologia e Ciência Política. Desde 2005 vive na Espanha. Liderança imigrante, foi presidente do Coletivo Brasil Catalunya, fundado por ele em 2007, e da Rede de Brasileiras e Brasileiros na Europa que ajudou a criar a partir do encontro de Bruxelas que promoveu o estreitamento do diálogo entre lideranças de associações de imigrantes brasileiros de diversos países europeus²². As atividades que desenvolve são apresentadas por Flávio como marca de

¹⁹ Conforme relatado por um conselheiro e uma conselheira em entrevista gravada em vídeo produzido pela FUNAG na ocasião da II Conferência.

²⁰ A questão do formato do conselho, permite que pensemos a representação de um ponto de vista que não seja exclusivamente local, mas a partir da ideia de região. No entanto, em sua proposição, apesar da constatação do caráter artificial, de constructo, a dimensão regional não foi construída a partir de uma configuração sociocultural já estabelecida, como no caso europeu cujo diálogo entre associações já havia criado canais de diálogo e de parcerias, ou ainda de associações e grupos nos Estados Unidos da América. O caso das duas outras regiões é exemplar, nesse sentido.

²¹ A votação dos suplentes eleitos é a seguinte: Rui Martins (Suíça), 148 votos; Else Vieira (Reino Unido), 139; Ticiano Noronha (Bélgica), 136 e Hilton Boechat Junior (Espanha), 135.

²² O Documento de Bruxelas foi resultado do II Encontro de Brasileiras e Brasileiros na Europa, realizado entre 30 de novembro e 02 de dezembro de 2007, na Bélgica. Entre os objetivos do encontro estava a criação de uma Rede de Organizações que trabalharia com cidadãos brasileiros na Europa. O documento apresentou 18 reivindicações e incorporou ao final do documento as 34 elaboradas no encontro de Lisboa. Entre as novas reivindicações destacam-se:

“iniciativa”, como uma espécie de currículo do mediador político e cultural que representa para a “comunidade” mesmo sem qualquer “cargo”. Por meio de artigos que publica em revistas e em seu blog, ele se faz presente e constrói sua legitimidade em outras esferas como o diálogo com pesquisadores, políticos, religiosos ligados a centros de imigrantes, entre outros.

(...) numa parceria do Coletivo Brasil Catalunya, com o Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (e uma dezena de associações de brasileiros em Barcelona, unidos na Rede de Brasileiras e Brasileiros em Barcelona), [realizamos] a Pesquisa "Perfil dos Brasileiros na Espanha". Com novos dados surpreendentes, a serem divulgados ainda neste ano e que envolvem questões objetivas como o trabalho dessas pessoas e as remessas ao Brasil, até as mais subjetivas, como a maior saudade ou a maior dificuldade que sentem. Esta Rede, com o apoio da Organização Internacional das Migrações, do Governo do Brasil e da Catalunya, realizará em 2009, em Barcelona, o Encontro de dezenas de organizações de brasileiros em toda a Europa, com convidados do Mundo inteiro e as propostas e reivindicações dos Encontros anteriores em mãos (Lisboa 2002 e Bruxelas 2007), bem como a ata da 1ª Conferência (Rio 2008).

Ainda neste mês de outubro, se inicia um processo de reuniões mensais de diálogo permanente do Consulado Geral do Brasil em Barcelona, com as associações articuladas em Rede. Em 2009, além do citado Encontro da Rede de Brasileiros e Brasileiros na Europa, está previsto o início do funcionamento da Casa do Trabalhador Brasileiro (a primeira já existe no Paraguai e a próxima foi anunciada em visita do Presidente do Conselho Nacional de Imigração do Brasil à Barcelona[10]), além do lançamento do Guia de Referência d@s Brasileiras em Barcelona, com um mapeamento geral de toda a relação sociocultural dos brasileiros em Barcelona - e com indicações sobre toda a Espanha." (Carvalho, 2009:3)

Tais trabalhos buscam fazer uma análise da situação dos brasileiros emigrados, fundamentalmente para Espanha, mas também funcionam como uma vitrine de suas ações e parcerias, de comprovação do desempenho bem sucedido na atividade de

a organização de encontros periódicos com o MRE, a criação de mecanismos de acompanhamento e cobrança das propostas apresentadas e, por fim, o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, da Rede de Brasileiras e Brasileiros na Europa, com a consequente inclusão pelo MRE desta rede num fórum permanente da sociedade civil organizada para formulação, acompanhamento, divulgação e intercâmbio de ações destas organizações voltadas à diáspora brasileiras.

mediador, enfim como uma apresentação de si reforçada ainda mais em função de uma situação onde as relações não se constituirão majoritariamente face a face.

Durante a sua campanha para o CRBE, sua narrativa destaca sua “missão” e vocação, assim como enfatiza a importância do conselho como um divisor de águas.

por mais que a grande maioria desse mais de três milhões de brasileiros vivendo no exterior não saiba a existência desse conselho de representantes dos brasileiros no exterior vai marcar um antes e um depois na história da imigração brasileira” [...] “muitos países já tinham esses conselhos e faltava o Brasil dar uma visão de reconhecimento sobre essa cidadania de que tanta gente que está fora como a gente do Brasil, mas que nos sentimos cada vez mais brasileiros e participar ativamente da vida de nosso país. E quando as associações e as pessoas de diversos países me propuseram e indicaram o meu nome para ser candidato ao conselho de representantes de brasileiros no exterior, logo eu aceitei porque eu acho que a gente tem um compromisso, uma responsabilidade com o trabalho que nós começamos já com a Rede de brasileiros no exterior [...] é importante que o governo escute, analise e responda as necessidade que a gente tem enquanto pessoas que fazem parte desse país mas que estão por diversas circunstâncias vivendo fora dele”. (Flavio Carvalho, vídeo de campanha²³)

A ideia de comunidade aparece como forma de criar o sentimento de pertencimento entre pessoas que, nesse caso, não podem manter relações face a face, cujas interações se dão por meio virtual ou ainda para criar a possibilidade da existência de alguma relação. A construção da aproximação, elenca uma série de questões e características para que se justifique a nomeação:

nos identificamos pelo fato de estarmos fora do país, morando, vivendo, trabalhando fora do país, com nossas famílias, nós também exigimos do governos essa atenção para com nossas vidas e para com as responsabilidades que o poder público tem para com a nossa situação de vida, de trabalho nesses países em que nos estamos morando.

A “comunidade” também ganhou um estatuto diversificado ao nomear algumas políticas públicas e ações dos governos. Dessa forma, a categoria comunidade parece ter se tornado um imperativo no vocabulário associativo e no mundo da

²³ Disponível em: <http://flaviocarvalhocrbe.wordpress.com/>

política, transformada em categoria nativa, ou melhor, pluralizada como categorias nativas por variados atores e agências, e não mais restrita à noção de unidade homogênea, definida territorialmente, estável, consensual da categoria antropológica (Redfield, 1965)²⁴. Nesse sentido, a “comunidade brasileira”, como comunidade imaginada (Anderson, 2008), também se torna múltipla, dependendo de para quem se fala. A reterritorialização operada pela “comunidade” também é feita a partir do local, quer este local seja o país acolhedor e as especificidades do processo de integração, quer seja da região de emigração, de classe social, de gênero, entre outros. Flavio parece ter optado por construir a “sua” comunidade de forma que pudesse ora estendê-la (brasileiros e brasileiras do mundo por meio da categoria trabalhador/a) ora comprimi-la (brasileiros e brasileiras na Europa, ou ainda na Espanha).

Seu projeto ajusta-se ao aparente paradoxo do “estar entre dois” (pelo menos dois) que a dimensão transnacional evidencia (Glick-Schiller, Basch, Blanc-Szanton, 1995), tão comum aos imigrantes que estão entre o país de origem (por meio de laços com a família que deixou no país, com amigos, antigo emprego etc.) e o(s) local(is) de destino (nova cidade, novos códigos, novos amigos, novos empregos, novas relações amorosas etc.). Seus discursos trazem essa marca e oscilam entre as dimensões do local e do transnacional, que aparecem ora como uma “condição de brasileiro” (brasilidade, que inclui também o uso de estereótipos²⁵) ora como cidadão do mundo; ora como brasileiro na Espanha, ora como brasileiro no mundo ou ainda a diáspora brasileira.

Todavia, uma campanha precisa, além da conquista dos eleitores por meio da criação de vínculos e de proximidades e mesmo para conquistá-los, criar as condições

²⁴ A noção de comunidade encontrada nos trabalhos de Redfield (1965) teve destaque nas pesquisas antropológicas, principalmente a partir da noção de continuum folk urbano. Não posso deixar de mencionar a influência importante dos chamados estudos de comunidade que proliferaram nos EUA com o estudo pioneiro *Middletown - a study in contemporary american culture* de Robert Lynd e Helen Lynd publicado em 1929. A repercussão dos estudos de comunidade nas ciências sociais no Brasil pode ser notada principalmente por meio dos debates acadêmicos entre as décadas de 1940 e 1960 (Oliveira e Maio, 2011).

²⁵ Faz-se importante destacar que o uso dos estereótipos relacionam-se tanto a dimensão da criação e reprodução de estigmas, quanto do seu uso estratégico como “forma da relação” como no caso do brasileiro alegre, cordial trabalhado por Machado (2009).

de possibilidade de sua realização. Nesse sentido, a campanha de Flavio contou com apoio de outras lideranças associativas, assim como as redes de relações pessoais e sua capacidade de trânsito em círculos políticos no Brasil e na Espanha lhe renderam um considerável *capital simbólico*. A trajetória de Flávio, mesmo antes do processo migratório, já nos apresenta sua vinculação ao mundo da política, a partir da atuação junto ao partido (PT), ocupando cargos no governo, participando de projetos. Travar contatos, estabelecer parcerias, renovar alianças fez parte de sua socialização política e foi importante para que seu projeto político como liderança imigrante legitimasse a sua candidatura sem desarticular alianças anteriores. Da antiga cúpula da Rede de Brasileiras e Brasileiros na Europa apenas ele e Monica Pereira (Abraço/ Bélgica) foram eleitos para o CRBE.

Mesmo que não oficialmente, tudo indica que a não candidatura de outras lideranças na Europa, como da Comunidade Cristã de Amsterdã e da Casa do Brasil de Lisboa, tenha sido em função da candidatura de Flavio, conforme percebemos na lista de agradecimentos do candidato eleito²⁶ e a partir da fala de uma liderança imigrante brasileira em Lisboa afirma:

²⁶ Rede de Brasileiros e Brasileiras na Europa Brasileiros no Mundo; Conselho Nacional de Migração - CNLIG(Brasil); Generalitat de Catalunya- Secretaria d'Imigració (Governo da Catalunha); Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (Brasil); Federação de Entidades Latinas - FEDELATINA (Espanha); Dra. Glaucenira Maximino - ABRAE; Andrea Brasileira - Conselho Cidadao de Arnsberg (Alemanha); Carlos Mellinger - Casa do Brasil (Inglaterra); Gustavo Behr - Casa do Brasil de Lisboa (Portugal); Irene Zwetsch - Conselho Cidadao (Suíça); Leila Daianis - Associação Libélula (Itália); Mônica Pereira - Abraço (Bélgica); Marcos Romão - Quilombo / Mamaterra (Alemanha); Marcos Viana - Comunidade brasileira na Holanda; Pedro Aléssio - APEB França; Ailton Santos - Associação Casa Grande do Brasil (Portugal); Eucinário Pinheiro - Associação 7 de Setembro (Portugal); Ricardo Amaral - Associação de Brasileiros em Portugal; Maria Badet - Coordenadora da Rede de Brasileiros na Espanha; Mar Rubiralta - Coletivo Brasil Catalunya (Espanha); ABHAI (Espanha); Associação de Mulheres Empreendedoras Brasileiras em Madri (Espanha); A Livraria (Alemanha); Associação Casa Grande do Brasil (Portugal); Associação Sete de Setembro Eucinário Pinheiro (Portugal); Associação De Brasileiros em Portugal; APEC (Espanha), APEB (França) e demais Associações de Pesquisadores e Estudantes; Alter Nativas (Espanha); Associações de Brasileiros em toda a Europa; Conselhos de Cidadãos em toda a Europa; Maracatus e Batucadas em toda a Europa; Capoeiristas brasileiros no exterior; Artistas Brasileiros no Exterior; Comunidades religiosas de brasileiros na Europa; Pastoral do Imigrante; Movimento Laico e Progressista; Brazucas em Barcelona e demais comunidades do Orkut e Facebook; Mídias alternativas e meios de comunicação dos brasileiros na Europa; Revista Brasil na Espanha; Festival Brasil no Ar (Espanha); Dia do Brasil - Diversia e Ajaiô (Espanha). Informação disponível em: <http://flaviocarvalhocrbe.wordpress.com/apoios/>

Ele [presidente da CBL] disse que apoiaria a nossa candidatura, mas no final não fez campanha, não moveu uma palha para que tivéssemos alguém de Portugal no Conselho. É isso, não tem nenhum imigrante brasileiro de Portugal nesse conselho. (Nilzete, da Associação Losofonia, Cultura e Cidadania, em entrevista realizada em junho de 2012)

O reconhecimento desse capital foi inclusive usado por um de seus adversários nesse processo eleitoral e convertido em acusação de favorecimento pessoal e postura antiética etc.

o leitor se enganou não quanto ao fato denunciado mas quanto ao nome da cidade. Não se trata de Madri, mas de Barcelona. Lá, parodiando-se Manuel Bandeira, Flávio de Carvalho era amigo do rei. Não é mais porque o embaixador Consul de Barcelona se aposentou. Mas teve tempo para lhe conseguir uma medalha Barão do Rio Branco por serviços prestados à comunidade emigrante brasileira em menos de três anos. Tendo chegado em Barcelona no decorrer de 2005, o Diário Oficial da União publicou a concessão da medalha na metade de 2008. Sabendo-se que existe um trâmite administrativo para tais honrarias chegarem ao presidente que as assina, foi realmente algo digno de ser incluído no livro Guinness de recordes.

Flavio Carvalho, que está na folha de pagamento do Consulado de Barcelona e trabalha no Centro de Cultura Brasileira de Barcelona, conseguiu, por interferência do Itamaraty, dispensa do Consulado durante a semana da reunião do CRBE em Brasília este ano.

Pode ser que o Itamaraty ache não haver incompatibilidade legal, porém é evidente uma incompatibilidade ética. Quanto à declarada defesa da « verdadeira » liberdade de expressão seria bom lembrar que Flávio Carvalho foi um dos articuladores, no encontro de maio em Brasília, de minha expulsão do CRBE. (Rui Martins, *Direto da Redação*, 19/06/2011)²⁷

Sua campanha vitoriosa (foi o 4º colocado em número de votos em sua região), no entanto, não esconde o fato de que a legitimidade e representatividade do Conselho são frágeis e ainda estão em construção. Dos cerca de três milhões de brasileiros e brasileiras, a consulta não chegou a 19 mil votos (MRE, 2010)²⁸. O questionamento da

²⁷ Disponível em <http://www.diretodaredacao.com/noticia/flavio-carvalho-mente>

²⁸ Faz-se importante destacar que a participação política transnacional por meio de tecnologias de informação e comunicação, apesar de possibilitarem novas formas para a participação política, não garante por si um maior engajamento, por exemplo, a partir do voto, percebido pela votação para o conselho, mas também nas eleições presidenciais de 2006, conforme destaca

conduta dos eleitos, tanto quanto do formato e das atribuições do Conselho provocou um movimento de reavaliação por parte das entidades e associações de imigrantes brasileiros e do Ministério das Relações Exteriores (SGEB), que culminou com a organização de fóruns para discussão de seu formato e representatividade realizados em alguns países a partir do fim do mandato do CRBE em novembro de 2012.

O Conselho enfrenta hoje um quadro de incerteza quanto a seu futuro, assim como outras políticas previstas pelo Decreto 7.214/2010 como as conferências de Brasileiros no Mundo que deveriam ocorrer anualmente como fórum de diálogo entre lideranças associativas, representantes eleitos para o CRBE e governo, mas que vem sendo adiada desde 2011. Mesmo com a promessa do governo brasileiro de realização da conferência no ano de 2013, ainda não há consenso entre as associações e lideranças sobre o CRBE e sua eficácia.

A partir de uma análise, ainda que preliminar, dessa primeira experiência com este tipo de conselho, podemos apreender uma lógica da representação política que parece não ter conseguido criar um aparato de comunicação e de visibilidade junto a diversos grupos de imigrantes brasileiros a fim de garantir sua legitimidade. Ao contrário, o sistema de visibilidade criado pela oposição ao conselho (sua estrutura e membros) é que parece ter mobilizado e criado um campo de luta política, de combate de ideias e ideais, de projetos e programas. As associações e lideranças têm mantido sua atuação e instituído outras estratégias de articulação política e criação de acessos. Se não há consenso sobre o CRBE e seu formato, parece haver algum consenso sob um ponto: a necessidade da institucionalização da representação não é questionada, apenas os canais de acesso a ela e seus pleiteantes legítimos. A representação, portanto, é transformada na palavra de ordem, enfatizando o poder simbólico do ato de votar/ser capaz de eleger que parece revitalizar a crença (como potência mágica) no próprio sistema de que só se faz parte como eleitor²⁹. Nesse sentido, o CRBE precisará se

Menegazzo (2008). O autor reflete sobre os limites da prática política transnacional de emigrantes brasileiros a partir da análise de dados da eleição de 2006 e sobre a pertinência do uso do termo transnacional nesses casos.

²⁹ Levitt e Dehesa (2003) e Chelius (2004) enfatizam a importância do voto para os imigrantes no tocante ao reforço dos laços de pertencimento ao país de origem.

constituir como entidade legítima para que seja capaz de investir seus membros de um tipo específico de autoridade, tal qual afirmava Bourdieu:

Ao contrário do capital pessoal que desaparece com a pessoa de seu portador (embora possa originar querelas de herança), o capital delegado da autoridade política é, como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela [...] A aquisição de um capital delegado obedece a uma lógica muito particular: a investidura – acto propriamente mágico de instituição pelo qual o partido consagra oficialmente o candidato oficial a uma eleição e que marca a transmissão de um capital político...” (Bourdieu, 2002: 191).

Considerações finais

Geertz (1997:214) nos chama a atenção que “um mundo totalmente desmistificado é um mundo totalmente despolidizado”. Nesse sentido, refletindo sobre o conteúdo sagrado do poder, sobre seus centros, as figuras dominantes e o carisma – e não exclusivamente sob formas “extravagantes” ou efêmeras – o autor ressalta um conjunto de formas simbólicas expressas pelo poder e por suas dimensões ao mesmo tempo morais e estéticas:

[...] Não importa o grau de democracia com que essas elites foram escolhidas (normalmente não muito alto) nem a extensão do conflito que existe entre seus membros (normalmente bem mais profundo do que imaginam aqueles que não são parte da elite); elas justificam a sua existência e administram as suas ações em termos de um conjunto de estórias, cerimônias, insígnias, formalidades e pertences que herdaram, ou, em situações mais revolucionárias, inventam. São esses símbolos – coroas e coroações, limusines e conferências – que dão ao centro a marca de centro e ao que nele acontece uma aura não só de importância, mas, algo assim como se, de alguma estranha maneira, ele estivesse relacionado com a própria forma em que o mundo foi construído (Geertz, 1997: 219).

Assim, pensar a política como ação simbólica (Geertz, 1991[1980]) significa apreender os diversos discursos em ação – o da política, o do marketing, o da religião,

o da festa, o do espetáculo, o do capital etc. – e a teia de significados da qual faz parte como produto e produtora. Desse modo, os projetos políticos revelam valores e símbolos implicados numa determinada maneira de conceber o mundo e a política, especificamente. As múltiplas possibilidades em jogo foram evidenciadas, ora por meio dos arranjos representativos, das variáveis numéricas, ora revelando-se na potencialidade aglutinadora do carisma de algumas *personas* políticas ou ainda no papel fundamental da instituição e da investidura.

Do ponto de vista local, os vínculos de pertencimento são evidenciados e ressignificados durante as campanhas. Dessa forma, a competição pelo controle da representação, onde os profissionais da política, ou os aspirantes a tal devem demonstrar credibilidade para conquistar a confiança do eleitor de que trata Bourdieu (2002) referindo-se ao campo político, pode ser percebida por meio da vinculação a espaços e ofícios que operam suas redes de interação como base de sustentação de seu projeto, reforçando a ideia do voto como adesão e reforço de laços paroquiais. Os candidatos buscam apoios em suas redes; mas também buscam concretizar relações que produzam efeitos de uma espécie de “extensão” do carisma, criando acessos a instâncias legítimas, autoridades, a fim de garantir legitimidade para postular a investidura no cargo. Ser representante só faz sentido se houver um grupo a ser representado e uma estrutura que confirme (constantemente) essa relação.

O caso de imigrantes brasileiros nos apresentou como o reordenamento e ressignificação frente ao Outro pode ser apreendido por meio da construção de uma gramática política, onde as associações de imigrantes aparecem como *locus* privilegiado de observação desse fenômeno. A criação e atuação de uma associação remetem-se, na maioria dos casos, à vontade e ou necessidade de constituir-se como uma coletividade, como um grupo disposto a compartilhar tanto quanto a negociação da realidade no cotidiano do imigrante. Assim, apesar da inserção no mundo da política institucional ser feita muitas vezes de forma tangencial e não como objetivo central ou explícito dessa forma de organização coletiva, tal possibilidade abre um novo campo de ação e de participação no mundo da política (Barreto, 2011).

A eleição do CRBE nos permite pensar no processo de escolha de lideranças políticas a partir de interseção dessas duas lógicas: a local e a transnacional. Deste

ultimo ponto de vista, é interessante pensar que o CBRE exige de forma mais tácita que essa dupla inserção do imigrante fique em evidência. Assim, a transnacionalidade dos fluxos migratórios é percebida em ações e processos diversos como o das remessas (Machado e Stabelini, 2011), da potencialidade de influência do imigrante transnacional na vida familiar e nacional (Glick-Schiller, Basch, Blanc-Szanton, 1995), da ressignificação de cultos e práticas religiosas à distância (Appadurai, 1996), e também no ato de votar não apenas nas eleições presidenciais (já contemplado pela Constituição brasileira), mas agora também periodicamente em representantes de uma comunidade imaginada – as comunidades brasileiras no mundo.

Ressalta-se ainda que, em função do intervalo mais curto dessas consultas eleitorais (mandatos de 2 anos), o envolvimento com esse processo pode, potencialmente e a longo prazo, ser mais englobante visto que as articulações em torno do “melhor nome”, do diálogo com lideranças diversas para construir uma rede de apoio, a preparação do material de campanha (site, blogs, material de distribuição local como folder/ “santinhos”) exigem um cotidiano de participação no mundo da política e a criação de formas de arregimentar mais pessoas para a reprodução do próprio sistema. Percebemos isso pela intensa circulação de acusações não apenas sobre a eleição para o conselho, como das críticas à atuação dos conselheiros. A criação de um sistema de visibilidade para as acusações por meio dos blogs, chats, grupos de discussão, emails e mesmo em jornais de associações mobilizam para a criação de um tempo da política entre esses brasileiros que emigraram, pois mesmo que um número restrito participe ativamente das trocas de acusações, insultos e desconfianças, tais informações chegam a um número não pequeno e difícil de estimar e criam espaços de se “falar da política”.

Os projetos políticos (individuais ou os que em alguns momentos aglutinam interesses e constituem projetos coletivos), ao demandarem uma busca constante por aliados e eleitores – e apesar de tradicionalmente procurarem montar “bases eleitorais” com dimensões territoriais mais definidas – são imprescindíveis para compreendermos o fluxo contínuo a que estão submetidos (Kuschnir, 1993 e 2000).

Desse modo, se tal fluxo remete a espaços (bairros, cidades ou regiões mais amplas, por exemplo), o mesmo pode ser dito com relação aos bens simbólicos, aos vínculos de reciprocidade, ao trânsito institucional, à mediação política e cultural que alguns atores desempenham ao longo desse processo.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2008.
- ALDÉ, Alessandra. *A construção da política: cidadão comum, mídia e atitude política*. Tese (Doutorado) - Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001.
- APPADURAI, Arjun. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1996.
- AUGÉ, Marc. *Não- lugares: introdução a uma Antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- AUGÉ, Marc. "Assim a internet tornou-se nossa divindade". *Entrevista*. Instituto Humanitas Unisinos. Notícias. 29/07/2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/45818-assim-a-internet-tornou-se-a-nossa-divindade-entrevista-com-marc-auge>>. Acessado em 31/10/2012
- BAILEY, F. G. *Gifts and Poison. The Politics of Reputation*. New York: Shocken Books, 1971
- BARREIRA, Irllys. A política de perto: recortes etnográficos de campanhas eleitorais. *Novos Estudos Cebrap*. n. 74. São Paulo, mar, 2006. p.177-194. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002006000100011>>.
- BARRETO, Alessandra Siqueira. "Espaços da política: uma etnografia da 1a. reunião de brasileiros no mundo". In: 27ª Reunião Brasileira de Antropologia. *Anais*. Inst.promotora/financiadora: UFPA/ABA, Belém, 2010.
- _____. "Entre a política e a cultura: associativismo imigrante em Portugal". In: Andrés Malamud e Fernando C. Flórez (orgs.) *Migrações, coesão social e governação*. Perspectivas euro-latino-americanas. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2011. p. 301-322.
- BARTH, Frederick. *Ethnic groups and boundaries: The social organization of culture difference*. London: George Allen, 1969.
- BEHR, Gustavo. "Comunicação e Propostas da Casa do Brasil de Lisboa". *II CONFERÊNCIA DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR*, Textos de Apoio, Palácio

Itamaraty, Rio de Janeiro, de 2009. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/file/II%20ENCONTROBRASILEIROS%20NO%20MUNDO-%20contribuicao%20CBL.pdf>> Acesso em: 09 jan. 2013

BOURDIEU, Pierre. "A representação política. Elementos para uma teoria do campo político". In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Editora, 2002. p. 163-207.

CARVALHO, Flavio. "Brasileir@s no mundo, Brasileir@s na Espanha". *Congresso Luso-Afro-Brasileiro*. Braga: Portugal, 2009.

CARRIGOU, A. "Le secret de l'isolair", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.71-72, mar. 1988.

CHAMPAGNE, P. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHELIUS, Letícia Calderón. *Votar en la distancia, la extensión de derechos políticos a migrantes, experiencias comparadas*. México: Instituto Mora, 2004.

_____. "Redefinindo a geografia política nacional: sobre a participação política dos cidadãos brasileiros no exterior". In: Malhieros, Jorge M. *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração, 2007. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/migrare/publ/ImigrBrasileira.pdf>

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E. (eds) [1940] *African Political Systems*. London: Taylor & Francis, 1987.

GEERTZ, Clifford. [1980] *Negara. O Estado-teatro no século XIX*. Lisboa: Difel, 1991.

_____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. "Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder". In: *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 2002

GLICK-SCHILLER, N; BASCH, L; BLANC-SZANTON, C. "From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration". *Anthropological quarterly*, v.68, n.1. pp 48-63, 1995.

GLUCKMAN, Max. "Análise de uma situação social na Zululândia moderna". In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Métodos. São Paulo: Global, 1987.p.227-305

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis: an essay on the organization of experience*. Nova York: Harper Colophon Books, 1974.

GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOLDMAN, Marcio. *Como funciona a Democracia - uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006.

- GOLDMAN, M.; SANT'ANNA, R. "Teorias, representações e práticas". In: GOLDMAN, Marcio. *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p.123-144.
- JAINCHILL, A.; MOYN, S. "French Democracy: between Totalitarianism and Solidarity: Pierre Rosanvallon and Revisionist Historiography." *The Journal of Modern History* (76), march 2004. p.107-154.
- KANTOROWICZ, E. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- KUSCHNIR, Karina. *Política e mediação cultural: um estudo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado - PPGAS/Museu Nacional). Rio de Janeiro, 1993.
- _____. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- LEACH, E. R. [1954] *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. Estudo sobre a Estrutura Social Kachin. São Paulo, Edusp, 1996.
- LEFORT, C. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- LEVITT, P.; DEHESA, R. "Transnational migration and the redefinition of the state: Variations and explanations". *Ethnic and Racial Studies*, v. 26, n. 4, p.587-611, 2003.
- LEWELLEN, Ted. *Political Anthropology: an introduction*. London: Praeger Publishers, 2003
- MACHADO, Igor José de R. e STABELINI, Fábio. "Remessas como relações: reflexões não economicistas sobre a circulação de remessas entre famílias transnacionais". In: Andrés Malamud e Fernando C. Flórez (orgs.). *Migrações, coesão social e governação*. Perspectivas euro-latino-americanas. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2011. p. 129-149.
- MENEGAZZO, Elson. "Eleições Brasileiras na Alemanha: limites da comunicação e da prática política transnacional". *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.
- MONTERO, P.; ARRUTI, J.; POMPA, C. *Para uma Antropologia do Político*. 2012. Disponível em:<<http://antropologias.descentro.org/wp-content/blogs.dir/1/files/group-documents/14/1337706387-ParaumaAntropologiaPolitico.pdf>> Acessado em 31/10/2012.
- OLIVEIRA, Nemuel da Silva Oliveira e MAIO, Marcos Chor. Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil. **Sociedade e estado. vol.26 no.3 Brasília Sept./Dec. 2011**
- PALMEIRA, M. "Voto: racionalidade ou significado?", *RBCS*, ano 7, número 20, 1992. p. 26-30.
- PALMEIRA, M; HEREDIA, B. O voto como adesão. *Teoria e Cultura*. v.1, n.1, 2006. p. 35-58.
- PANAGOPOULOS, Costas. "Street fight: the impact of a street sign campaign on voter turnout". *Electoral Studies*, 28, 2009. p.309-313.
- PITKIN, H. F. "O conceito de representação". In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. *Política & Sociedade*. v.2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

Pensando a representação

notas para uma reflexão antropológica das interações políticas em diferentes escalas

REDFIELD, Robert. *The little community and peasant society and culture*. Chicago: The University of Chicago Press, 1965.

ROSANVALLON, Pierre. *Le capitalisme utopique*. Paris: Seuil, 1979

SAYAD, Abdelmalek. *The suffering of the immigrant*. Cambridge (UK)/ Malden, (USA): Polity Press, 2004.

Enviado em dezembro de 2012

Aprovado em dezembro de 2012